

NEWSLETTER DIGESTO N.º 22/2016

Disponibilização: 7 de novembro de 2016

Período abrangido: 24 de outubro a 4 de novembro de 2016



DESTAQUES DE LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Presidência do Conselho de Ministros
Secretaria-Geral

Índice Temático

1. Administração Eletrónica e Simplificação Administrativa
2. Agricultura, Caça e Pescas
 - Agricultura e Agropecuária
 - Caça
 - Pescas
3. Ambiente
4. Assuntos Europeus
5. Atividade Parlamentar
6. Comunicação Social
7. Educação
8. Empreendedorismo
9. Emprego
10. Energia
11. Ensino Superior
12. Finanças
 - Contribuições e Impostos
13. Indústria
14. Investigação Científica
15. Justiça
16. Negócios Estrangeiros
17. Regiões Autónomas
 - Açores
18. Saúde
19. Solidariedade e Segurança Social
20. Transportes e Comunicações
21. Turismo

Apresentação de um diploma tratado pelo DIGESTO

1. ADMINISTRAÇÃO ELETRÓNICA E SIMPLIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 68/2016, de 26 de outubro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o sistema de alerta de diretivas, que permite a identificação dos comités e dos grupos de trabalho da Comissão Europeia e do Conselho de preparação e negociação de atos jurídicos da União Europeia em curso, a atualização da informação e o seu ponto de situação, e aprova o respetivo regulamento.

2. AGRICULTURA, CAÇA E PESCAS

- AGRICULTURA E AGROPECUÁRIA

[Despacho Normativo n.º 11-B/2016, de 31 de outubro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinete do Ministro)

Procede à quarta alteração ao Despacho Normativo n.º 14/2014, de 29 de outubro, que estabelece as normas complementares de execução dos regimes de apoio associado «animais».

- CAÇA

[Portaria n.º 277-A/2016, de 21 de outubro](#)
(Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural)

Adita a Portaria n.º 142/2015, de 21 de maio, que define as espécies cinegéticas às quais é permitido o exercício da caça e fixa os períodos, os processos e outros condicionamentos para a época venatória 2015-2016, 2016-2017 e 2017-2018.

- PESCAS

[Portaria n.º 283-A/2016, de 31 de outubro](#)
(Mar)

Aprova uma interdição à pesca de sardinha com cerco durante 60 dias e aprova o regime de apoio à cessação temporária das atividades de pesca com recurso a artes de cerco.

3. AMBIENTE

[Decreto-Lei n.º 69/2016, de 3 de novembro](#)
(Economia)

Procede à segunda alteração ao Decreto-Lei n.º 117/2010, de 25 de outubro, que estabeleceu os critérios de sustentabilidade da produção e utilização de biocombustíveis e de biolíquidos, bem como os mecanismos de promoção de biocombustíveis nos transportes terrestres e define os limites de incorporação obrigatória de biocombustíveis para os anos de 2011 a 2020.

[Decreto-Lei n.º 71/2016, de 4 de novembro](#)
(Ambiente)

Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 366-A/97, de 20 de dezembro, que estabelece os princípios e as normas aplicáveis ao sistema de gestão de embalagens e resíduos de embalagens, à décima alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de setembro, que aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo a Diretiva 2015/1127, da Comissão, de 10 de julho de 2015, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 67/2014, de 7 de maio, que aprova o regime jurídico da gestão de resíduos de equipamentos elétricos e eletrónicos.

[Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro](#)
(Ambiente)

Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho, que define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos.

4. ASSUNTOS EUROPEUS

[Aviso n.º 109/2016, de 31 de outubro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Publicita que todos os Estados-Membros da União Europeia concluíram os procedimentos internos necessários à entrada em vigor da Decisão do Conselho (2014/335/UE, Euratom) de 26 de maio de 2014 relativa ao sistema de recursos próprios da União Europeia.

5. ATIVIDADE PARLAMENTAR

[Resolução da Assembleia da República n.º 213/2016, de 3 de novembro](#)
(Assembleia da República)

Suspende o prazo de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito à Recapitalização da Caixa Geral de Depósitos e à Gestão do Banco.

6. COMUNICAÇÃO SOCIAL

[Despacho n.º 12885/2016, de 26 de outubro](#)
(Cultura - Gabinete do Ministro)

Torna pública a lista dos acontecimentos que devem ser qualificados de interesse generalizado do público em 2017, para o seu acesso ser facultado pelos adquirentes dos respetivos direitos exclusivos que emitam em regime de acesso condicionado ou sem cobertura nacional.

7. EDUCAÇÃO

[Decreto-Lei n.º 65-A/2016, de 25 de outubro](#)
(Negócios Estrangeiros)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165/2006, de 11 de agosto, que aprova o regime do ensino português no estrangeiro.

8. EMPREENDEDORISMO

[Despacho n.º 12777/2016, de 24 de outubro](#)
(Economia - Gabinete do Secretário de Estado da Indústria)

Aprova o Regulamento do StartUP Voucher no âmbito da Estratégia Nacional para o Empreendedorismo.

9. EMPREGO

[Portaria n.º 282/2016, de 27 de outubro](#)
(Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à regulamentação do modelo de acompanhamento personalizado para o emprego, bem como das modalidades e formas de execução do Plano Pessoal de Emprego, da realização e demonstração probatória da procura ativa de emprego e de outras vertentes relevantes para a concretização das obrigações.

10. ENERGIA

[Diretiva n.º 18/2016, de 27 de outubro](#)
(Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos)

Aprova o Manual de Procedimentos da Gestão Técnica Global do Sistema Nacional de Gás Natural e diversas disposições relativas à aplicação do seu regime transitório.

11. ENSINO SUPERIOR

[Despacho n.º 13057/2016, de 31 de outubro](#)
(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro)

Fixa as orientações para o financiamento dos Cursos Técnicos Superiores Profissionais a suportar pelo Orçamento do Estado.

12. FINANÇAS

- CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

[Decreto-Lei n.º 66/2016, de 3 de novembro](#)

(Finanças)

Estabelece um regime facultativo de reavaliação do ativo fixo tangível e propriedades de investimento.

[Decreto-Lei n.º 67/2016, de 3 de novembro](#)

(Finanças)

Aprova o programa especial de redução do endividamento ao Estado, através de pagamento integral ou em prestações de dívidas de natureza fiscal e de dívidas de natureza contributiva à segurança social.

13. INDÚSTRIA

[Despacho n.º 12840/2016, de 25 de outubro](#)

(Economia - Instituto Português da Qualidade, I. P.)

Publicita a aprovação da tabela que fixa os custos inerentes aos atos de reconhecimento de contrastarias.

14. INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA

[Regulamento n.º 999/2016, de 31 de outubro](#)

(Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.)

Publica o Regulamento que estabelece as condições de acesso e as regras de apoio a projetos financiados exclusivamente por fundos nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P..

15. JUSTIÇA

[Acórdão n.º 510/2016, de 24 de outubro](#) (Tribunal Constitucional)

Não julga inconstitucional a norma do artigo 564.º, n.º 2, do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, na interpretação de que concede a um ente administrativo, em sede do procedimento de contraordenação, e acrescendo à aplicação da coima, a competência para emitir uma ordem de pagamento dos quantitativos em dívida ao trabalhador.

[Portaria n.º 280/2016, de 26 de outubro](#) (Presidência do Conselho de Ministros, Administração Interna, Justiça, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Saúde)

Regula o procedimento de análise retrospectiva das situações de homicídio ocorrido em contexto de violência doméstica, previsto na Lei n.º 112/2009, de 19 de setembro, a cargo da Equipa de Análise Retrospectiva de Homicídio em Violência Doméstica.

[Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça n.º 14/2016, de 28 de outubro](#) (Supremo Tribunal de Justiça)

Uniformiza a jurisprudência nos seguintes termos: “Age com abuso de direito, na vertente da tutela da confiança, a massa falida, representada pelo respectivo administrador, que invoca contra terceiro - adquirente de boa fé de bem imóvel nela compreendido - a ineficácia da venda por negociação particular, por nela ter outorgado auxiliar daquele administrador, desprovido de poderes de representação (arts. 1211.º e 1248.º do CPC, na versão vigente em 1992), num caso em que é imputável ao administrador a criação de uma situação de representação tolerada e aparente por aquele auxiliar, consentindo que vários negócios de venda fossem por aquela entidade realizados e permitindo que entrasse em circulação no comércio jurídico certidão, extraída dos autos de falência, em que o citado auxiliar era qualificado como encarregado de venda.”.

16. NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

[Aviso n.º 12938/2016, de 24 de outubro](#)
(Negócios Estrangeiros - Secretaria-Geral)

Publicita as taxas de câmbio adotadas na cobrança de emolumentos consulares a efetuar a partir de 1 de novembro de 2016.

17. REGIÕES AUTÓNOMAS

- AÇORES

[Mapa Oficial n.º 6/2016, de 24 de outubro](#)
(Comissão Nacional de Eleições)

Publica a relação dos deputados eleitos e o mapa oficial da eleição da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores realizada em 16 de outubro de 2016.

[Decreto Legislativo Regional n.º 22/2016/A, de 26 de outubro](#)
(Região Autónoma dos Açores - Assembleia Legislativa)

Aprova o Sistema de Adesão ao selo da «Marca Açores Certificado pela Natureza» e o seu regime contraordenacional.

[Decreto do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores n.º 1/2016, de 4 de novembro](#)
(Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores)

Nomeia o Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

[Decreto do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores n.º 2/2016, de 4 de novembro](#)
(Gabinete do Representante da República para a Região Autónoma dos Açores)

Nomeia o Vice-Presidente e os Secretários Regionais do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores.

18. SAÚDE

[Portaria n.º 278/2016, de 24 de outubro](#)
(Finanças e Saúde)

Procede à primeira alteração à Portaria n.º 148-A/2016, de 23 de maio, que estabelece os formatos comuns para a comunicação e disponibilização de informações sobre produtos do tabaco e cigarros eletrónicos e recargas, bem como o valor das taxas a pagar pelos fabricantes e importadores, relativamente à receção, conservação, tratamento, análise e publicação das informações.

[Despacho n.º 12799-A/2016, de 24 de outubro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Prorroga o prazo de vigência dos contratos a que se refere o Decreto-Lei n.º 139/2013, de 9 de outubro, que estabelece o regime jurídico das convenções que tenham por objeto a realização de prestações de saúde aos utentes do Serviço Nacional de Saúde no âmbito da rede nacional de prestação de cuidados de saúde.

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2016, de 26 de outubro](#)
(Presidência do Conselho de Ministros)

Cria o Centro Nacional de TeleSaúde, que visa reforçar a estratégia nacional para a promoção da Telemedicina e promover a utilização das Tecnologias de Informação e Comunicação como parte integrante de processos de reforma dos cuidados de saúde.

[Portaria n.º 281/2016, de 26 de outubro](#)
(Saúde)

Cria o grupo de trabalho para o desenvolvimento e acompanhamento de boas práticas do enfermeiro especialista em enfermagem de saúde familiar, no âmbito da equipa de saúde familiar e demais equipas dos cuidados de saúde primários, e revoga a Portaria n.º 8/2015, de 12 de janeiro, que determinou que a implementação da atividade do enfermeiro de família no Serviço Nacional de Saúde se desenvolveria através de experiências-piloto.

[Portaria n.º 284/2016, de 4 de novembro](#)
(Saúde)

Estabelece o regime de comparticipação dos dispositivos médicos para o apoio aos doentes ostomizados, destinados a beneficiários do Serviço Nacional de Saúde.

[Portaria n.º 284-A/2016, de 4 de novembro](#)
(Saúde)

Procede à terceira alteração à Portaria n.º 224/2015, de 27 de julho, que estabelece o regime jurídico a que obedecem as regras de prescrição e dispensa de medicamentos e produtos de saúde e define as obrigações de informação a prestar aos utentes.

[Despacho n.º 13260-A/2016, de 4 de novembro](#)
(Saúde - Gabinete do Secretário de Estado da Saúde)

Aprova os modelos de receita médica e de guia de tratamento, que passam a conter os logótipos «República Portuguesa - Saúde» e «SNS - Serviço Nacional de Saúde».

19. SOLIDARIEDADE E SEGURANÇA SOCIAL

[Decreto-Lei n.º 68/2016, de 3 de novembro](#) (Trabalho, Solidariedade e Segurança Social)

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, que cria o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário e estabelece o seu regime jurídico, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 120/2015, de 30 de junho, que estabelece os princípios orientadores e o enquadramento a que deve obedecer a cooperação entre o Estado e as entidades do setor social e solidário, e à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 240/2015, de 14 de outubro, que estabelece o regime legal da transmissão dos estabelecimentos integrados do Instituto da Segurança Social, I. P., e respetivos apartamentos de autonomização, para a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa.

20. TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

[Decreto-Lei n.º 70/2016, de 3 de novembro](#) (Economia)

Executa na ordem jurídica nacional interna o disposto no Regulamento (CE) n.º 1222/2009, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de novembro de 2009, relativo à rotulagem dos pneus no que respeita à eficiência energética e a outros parâmetros essenciais.

21. TURISMO

[Despacho Normativo n.º 9/2016, de 28 de outubro](#)

(Economia - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo)

Aprova o regulamento sobre o programa de apoio ao investimento na qualificação do destino turístico Portugal, denominado Valorizar.

[Despacho Normativo n.º 10/2016, de 28 de outubro](#)

(Economia - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo)

Aprova a linha de apoio ao investimento em projetos de disponibilização de acesso wi-fi em centros históricos e em zonas de afluência de turistas.

[Despacho Normativo n.º 11/2016, de 28 de outubro](#)

(Economia - Gabinete da Secretária de Estado do Turismo)

Aprova a linha de apoio ao investimento em projetos de turismo acessível que visem a adaptação de espaços, recursos e serviços de interesse turístico a pessoas com necessidades especiais, temporárias ou permanentes, de modo a garantir um acolhimento inclusivo a todos os turistas.

CONHEÇA O DIGESTO E AS SUAS FUNCIONALIDADES

❖ Apresentação quinzenal de um diploma tratado pelo DIGESTO


Lei n.º 15/2014, de 21 de março (consolida os direitos e deveres do utente dos serviços de saúde)

Dados Gerais

PÁGINA DE ENTRADA	LEI N.º 15/2014
▲ PESQUISA	
DIPLOMA	Diário da República n.º 57/2014, Série I de 2014-03-21
DIGESTO - ANÁLISE JURÍDICA	Tipo Diploma: Lei
DIPLOMA	Número: 15/2014
ÚLTIMA PESQUISA	Data Assinatura: 2014-03-21
▲ DADOS GERAIS	Entidade(s) Emitente(s): Assembleia da República
INFORMAÇÃO DETALHADA	Fonte: DIARIO DA REPUBLICA - 1.ª SERIE, Nº 57, de 2014-03-21, Pág. 2127 - 2131
NEWSLETTERS DIGESTO	Resumo
	Procede à consolidação dos direitos e deveres do utente dos serviços de saúde, concretizando a Base XIV da Lei n.º 48/90, de 24 de agosto, salvaguardando as especificidades do Serviço Nacional de Saúde (SNS), e define os termos a que deve obedecer a Carta dos Direitos de Acesso aos Cuidados de Saúde pelos Utentes do SNS, designada por Carta dos Direitos de Acesso.

Lei n.º 15/2014, de 21 de março (consolida os direitos e deveres do utente dos serviços de saúde)

Aplica/Regulamenta:





Aplica/Regulamenta	
Data	Texto
	Al. c) do art. 161.º da CRP
1990-08-24	Base XIV da Lei 48/90 de 24-ago DR.IS [195]
 Ver lista resumida	


Lei n.º 15/2014, de 21 de março (consolida os direitos e deveres do utente dos serviços de saúde)



Aplicado por/Regulamentado por:

LEI N.º 15/2014

Diário da República n.º 57/2014, Série I de 2014-03-21

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações  Outras Bases de Dados

 Parlamento

 Exportar  Imprimir

Outros Tipos: Actos de Aplicação


Aplicado Por/Regulamentado Por

Foram encontradas 7 associações.

Data	Texto	Diploma
2016-04-19	Despacho n.º 5344-A/2016 - Diário da República n.º 76/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-04-19 (n.º 2 do art 12.º e arts 17.º, 18.º e 32.º)	Despacho n.º 5344-A/2016 - Diário da República n.º 76/2016, 1º Suplemento, Série II de 2016-04-19
2016-01-28	Decreto Legislativo Regional n.º 3/2016/M - Diário da República n.º 19/2016, Série I de 2016-01-28	Decreto Legislativo Regional n.º 3/2016/M - Diário da República n.º 19/2016, Série I de 2016-01-28

Lei n.º 15/2014, de 21 de março (consolida os direitos e deveres do utente dos serviços de saúde)

Modificações Produzidas:

Modificações Produzidas	
 Notas:	
Mantém em vigor a regulamentação aprovada nos termos das leis referidas no n.º 2 do art. 33.º e ora revogadas.	
Foram encontradas 5 associações.	
Data	Texto
2009-09-14	Revoga, a partir de 26.03.2014, a Lei 106/2009 de 14-set DR.IS [178], mantendo contudo em vigor, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do art. 33.º deste diploma, a regulamentação aprovada nos termos da referida lei.
2009-07-14	Revoga, a partir de 26.03.2014, a Lei 33/2009 de 14-jul DR.IS [134], mantendo contudo em vigor, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do art. 33.º deste diploma, a regulamentação aprovada nos termos da referida lei.
2007-08-24	Revoga, a partir de 26.03.2014, a Lei 41/2007 de 14-ago DR.IS [163], mantendo contudo em vigor, em conformidade com o estabelecido no n.º 2 do art. 33.º deste diploma, a regulamentação aprovada nos termos da referida lei.

Lei n.º 15/2014, de 21 de março (consolida os direitos e deveres do utente dos serviços de saúde)

Parlamento (histórico da Lei desde a iniciativa até à sua publicação)

Parlamento

Projeto de Lei 516/XII: Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde.

Autoria

- Grupos Parlamentares
 - LUÍS MONTENEGRO (PSD)
 - ALBERTO MARTINS (PS)
 - NUNO MAGALHÃES (CDS-PP)
 - JOÃO OLIVEIRA (PCP)
 - PEDRO FILIPE SOARES (BE)
 - HELOÍSA APOLÓNIA (PEV)
 - GABRIEL CÔRTE-REAL GOUCHA (PSD)
 - LUÍS PITA AMEIXA (PS)
 - PAULO ALMEIDA (CDS-PP)
 - ANTÓNIO FILIPE (PCP)
 - LUÍS FAZENDA (BE)
 - JOSÉ LUÍS FERREIRA (PEV)
 - MIGUEL SANTOS (PSD)
 - JOSÉ JUNQUEIRO (PS)
 - TERESA CAEIRO (CDS-PP)
 - PAULA SANTOS (PCP)
 - JOÃO SEMEDO (BE)

2014-02-19 | **Entrada**

2014-02-19 | **Admissão**

2014-02-19 | **Anúncio**

2014-02-19 | **Publicação**

- [DAR II série A N.º 69/XII/3 . 2014-02-19 (pág. 3-11)]

Lei n.º 15/2014, de 21 de março (consolida os direitos e deveres do utente dos serviços de saúde)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

LEI N.º 15/2014

Diário da República n.º 57/2014, Série I de 2014-03-21

 Direito Comunitário  Modificações  Retificações  Outras Bases de Dados

 Parlamento

Campos de Pesquisa

Base de dados: Supremo Tribunal de Justiça

Palavra Chave: consentimento informado

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

Pesquisar

20 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	06/02/2015	1263/06-3tvprt.p1.s1	Maria Clara Sottomayor	Negligência Médica Responsabilidade Contratual Obrigação de Meios e de Resultados Cirurgia Estética Consentimento Informado
<input type="checkbox"/>	04/26/2016	6844/03-4tbcsc.l1.s1	Silva Salazar	Responsabilidade Médica Intervenção Cirúrgica

Lei n.º 15/2014, de 21 de março (consolida os direitos e deveres do utente dos serviços de saúde)

Acesso à Jurisprudência emanada dos Tribunais:

LEI N.º 15/2014

Diário da República n.º 57/2014, Série I de 2014-03-21

Direito Comunitário Modificações Retificações Outras Bases de Dados

Parlamento

Campos de Pesquisa

Base de dados:

Palavra Chave:

Usar linguagem natural, isolada ou conjuntamente com os operadores de pesquisa: AND , OR , NOT , NEAR , SENTENCE (na mesma frase) , PARAGRAPH (no mesmo parágrafo) , e * (truncatura à direita e/ou à esquerda).

12 resultado(s) encontrados para a sua pesquisa

	Sessão	Processo	Relator	Descritor
<input type="checkbox"/>	06/02/2016	11323/14	Helena Canelas	Responsabilidade Civil Extracontratual – Questão de Facto Questões de Direito – Leges Artis – Culpa – Prova Pericial Tabela Nacional para Avaliação de Incapacidades Permanentes em Direito Civil

Avalie a newsletter e dê-nos as suas sugestões através do *e-mail*

digesto@sg.pcm.gov.pt

Muito obrigada pela sua sugestão